

Agentes voltam a mostrar preocupação com risco de déficit de energia a partir de 2009
Debate promovido pelo Enase 2005 revelou que setor está preocupado com postura "tranqüila" adotada pelo governo

Gisele de Oliveira, da Agência CanalEnergia, de São Paulo, Mercado Livre

14/09/2005

O risco de desabastecimento de energia elétrica foi o ponto alto do debate entre os agentes nesse primeiro dia do 2º Encontro Nacional de Agentes do Setor Elétrico, que acontece nesta quarta-feira (14) e quinta-feira (15), em São Paulo. Representantes das associações de grandes consumidores e de investidores privados no setor e consultores voltaram a demonstrar preocupação com a confiança do governo de que não há risco de déficit de energia para os próximos anos, durante talk show promovido pelo Enase 2005.

O bate-papo reuniu o presidente da **Câmara Brasileira dos Investidores em Energia Elétrica, Cláudio Sales**; o diretor-executivo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia Elétrica, Paulo Ludmer; o consultor da Excelência Energética, José Said de Brito; e o consultor da GP Investimentos, Firmino Sampaio, para falarem sobre as principais preocupações no setor atualmente. Todos foram unânimes em dizer que o governo precisa adotar uma política mais realista para atrair investimentos e garantir o abastecimento de energia elétrica para os próximos anos.

"O governo está mostrando um otimismo exacerbado, que não condiz com a realidade. É preciso um realismo prático para evitar que o país pague por isso no futuro", observou **Cláudio Sales, da CBIEE**. Abaixo veja trechos do debate.

Risco de desabastecimento - Na visão dos participantes, esse risco existe e ele precisa ser combatido para evitar que o cenário se agrave nos próximos anos. Segundo **Cláudio Sales, da CBIEE**, o governo tem em mãos ingredientes arriscados para garantir o abastecimento de energia. Entre eles, a liberação das licenças ambientais prévias para as usinas que participarão do leilão de energia nova, o sucesso do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica e a resolução do gás natural para as térmicas e do Uso do Bem Público para as hidrelétricas leiloadas no modelo anterior. "O governo trabalha com um colchão representado pelos níveis dos reservatórios cheios para continuar nessa lentidão para resolver as questões principais. Isso é muito grave", salientou Sales. Já Firmino Sampaio lembrou que, a partir de 2009, a curva de demanda se encontrará com a oferta, tornando a necessidade de investimentos em novos projetos urgente.

Para José Said de Brito, o principal adversário nessa divergência de realidades tem sido o próprio governo, ao transmitir para a sociedade tranquilidade quanto às políticas para garantir o abastecimento de energia elétrica. "O governo está confiante de que resolverá todas as questões pendentes, como licenciamento ambiental e existência de gás natural, e no sucesso do Proinfa e do leilão de energia nova. Além disso, ele (governo) aposta nas empresas do poder público para garantir novos investimentos no setor. Isso é utopia", afirmou Brito.

Agenda positiva - Para Paulo Ludmer, da Abrace, o governo precisa criar uma agenda positiva para viabilizar novos investimentos no setor. Ele defendeu a criação de uma câmara de gestão, similar à criada na época do racionamento, para defender essa agenda e permitir que os atuais obstáculos sejam resolvidos a tempo de uma nova crise de desabastecimento.

Carga tributária - **Claudio Sales, da CBIEE**, voltou a defender a desoneração dos encargos e tributos para o setor. Ele citou um estudo desenvolvido pela PricewaterhouseCoopers que revela um volume de impostos de 44% no setor elétrico para este ano. Para 2006, esse peso poderá ficar acima de 50%. Para minimizar a questão, disse o executivo, a aposta é a MP do Bem. Segundo Sales, já foi entregue um elenco de sugestões para desonerar esse peso e incentivar novos investimentos. Já Firmino Sampaio defendeu a definição de um prazo para extinção da Reserva Global de Reversão (RGR) e o fim da cobrança da Conta de Consumo de Combustível (CCC). Isto porque, explicou ele, no caso da CCC, por exemplo, a cobrança já poderia ter sido minimizada em até 70% se tivesse sido feito o gasoduto ligando Manaus a Venezuela. "Há 10 anos que pagamos CCC sem necessidade", comentou.

Gás natural - O consultor José Said de Brito criticou a idéia do governo de converter as térmicas a gás natural para óleo combustível em caso de falta de gás, proveniente da crise na Bolívia. Segundo ele, essa medida aumentará a importação da gasolina e tornará os preços das tarifas de

energia elétrica mais caros em função dessa conversão. Por outro lado, Paulo Ludmer, da Abrace, adiantou que o governo "está correndo atrás" para aprovar no Congresso Nacional a Lei do Gás antes do leilão de energia nova. De acordo com ele, a lei permitirá a criação de um mercado secundário de gás para atender as térmicas do leilão. Para Said de Brito, no entanto, criar um mercado secundário de gás deveria ter uma âncora de sustentação.